

As falhas de comunicação

Ao anunciar o rol de medidas com que o governo Fernando Henrique Cardoso quer proteger o real da crise global, desencadeada a partir dos mercados do Leste Asiático, disse o ministro Antônio Kandir: "Nós não somos um país avestruz." Não sómos; mas naquele momento o ministro do Planejamento e do Orçamento, seus colegas da equipe econômica e o governo a que pertencem deviam estar supondo que fôssemos. Porque do avestruz não se diz apenas que ele mergulha a cabeça na areia confrontado com o perigo (o que, aliás, é absolutamente falso). Diz-se também que ele tem a capacidade de engolir tudo. E o governo fez o País engolir, de uma só vez, 51 medidas — a seco e sem acondicioná-las em material que dificulta a rejeição, como as cápsulas e drágeas das farmácias.

A falta pode ser desculpada, naquele primeiro momento, dada a gravidade da crise, a rapidez com que se propagava e, em consequência, a necessidade de uma medicina de emergência. Agora, porém, já é tempo de o governo se recompor; e de ajudar o País a se refazer do choque, revendo por completo seu sistema de comunicação com a Nação.

As pesquisas de opinião mostram que o governo perdeu o primeiro *round* dessa batalha da comunicação. E o que conta sobre-

maneira, na derrota parcial, não é a popularidade ou o prestígio pessoal do presidente da República; é o abalo, que daí pode derivar, do apreço da Nação pela estabilidade econômica e pelo Plano Real. Ele se mantém; mas até quando? Vai depender de se dar agora o governo ao trabalho que ainda não fez: fazer chegar até o grande público a razão das medidas tomadas — todas, sem exceção. E convence-lo de sua ligação intrínseca com o objetivo maior da estabilidade econômica. Já ficou como erro a reparar ter divulgado as medidas antes de lhes ter apurado a forma final para a edição no *Diário Oficial*. Esse equívoco pode perdoar-se se se tiver em conta que a pressa era necessária para acalmar o mercado diante da eventualidade de um "ataque" súbito. Nem por isso, no entanto, deixou-se de abrir a porta à confusão e à arbitrariedade nas interpretações. Foi menos-prezada aí uma das características principais dos atos de governo numa democracia: eles valem também pela publicidade que se lhes confere, além de seu conteúdo e motivação. Esse descuido com a transparência po-

de bem ter intimidado os investidores externos, em vez de simplesmente afugentar os especuladores. A falha foi agravada com algumas atitudes do governo face às reações contrárias ao aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física. Desprezaram-nas, a título de ser manifestação de uma minoria quase ínfima — os 8 milhões obrigados à declaração de rendimentos; ou, como fez o presidente da República, apelando para o conceito

de imposto — sendo imposto, fatalmente provocará relutância. Quem jamais disse, porém, que numa democracia não se devem satisfações a minorias? E quem disse que, por ser coercitivo, o imposto deve ser igualmente autoritário? Isso, sem falar no embuste de dar como de apenas 10% o aumento daquele imposto, quando ele passa a incidir sobre base de cálculo ampliada pela drástica limitação das deduções até agora admitidas. Há muita coisa a se explicar para o grande público. Em sua própria linguagem e por gente que não se poupe o trabalho de recorrer à melhor didática. Adianta muito pouco levar os ministros e a equipe

econômica à TV, se estes forem incapazes de fugir a seus códigos particulares de comunicação. Não há boa vontade com o governo que não refogue esse bizantinismo — ou barroquismo —, colhido na exposição de motivos que introduz as medidas: "A dívida líquida do setor público consolidado, por sua vez, variável-chave da consistência intertemporal da política fiscal, deixou de apresentar variável ascendente."

Num país em que nem gente medianamente instruída sabe dizer em que consiste o ajuste fiscal, é escárnio do cidadão e do contribuinte dirigir-se a ele em economês, consagrado ou não. Não foi assim que se providenciou a aceitação do Plano Cruzado. E, bem mais recentemente, do Plano Real.

Se a situação atual é mais complexa, conjugando fatores externos e fragilidades internas, com maior razão se deve cuidar da comunicação. E se ela está a exigir sacrifícios, com maior razão se deve cuidar da motivação.

O governo não conseguiu comunicar-se com o País num momento crucial como este
